



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota
41
Data e Hora de Emissão
29/05/2022 14:33:56
Código de Verificação
AKCHU502

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: SILVIO GONCALVES FERNANDES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CPF / CNPJ: 37.753.011/0001-52 **Inscrição Municipal:** 17 14 0879414-5
Endereço: DOUTOR CARLOS DE CARVALHO, 000655 - BAIRRO: CENTRO - CEP: 80430180 **Tel.:** 41 - 37799727
Município: CURITIBA **UF:** PR **Email:** silvio@epf.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: NEY LEPREVOST NETO
CPF / CNPJ: 984.512.789-49 **IMU:** **Outro Doc.:**
Endereço: CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS - ANEXO IV, S/N - COMPLEMENTO: GABINETE 575 - BAIRRO: Praça dos 3 Poderes - CEP: 70160900
Município: BRASILIA **UF:** DF **Email:** dep.neyleprevost@camara.leg.br

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

ESTUDO ACERCA DA LEI COMPLEMENTAR (11/2020) de autoria do EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO FEDERAL EMANUEL NETO (PTB-MT), que, a saber: "Define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior; e dá outras providências."

O estudo observa os substitutivos, emendas e pareceres apresentados e o impacto à Fazenda Pública do Estado do Paraná.

TOTAL DE HORAS TRABALHADAS CONFORME RELATÓRIO: 27h30m. CUSTO POR HORA CONFORME TABELA MÍNIMA DE HONORÁRIOS OAB/DF 02 (DOIS) URH.

VALOR DO URH PARA MAIO DE 2022: R\$ 342,17.

VALOR TOTAL: 18.819,35

CHAVE PIX PARA PAGAMENTO: 37752011000152

PAGAMENTO À VISTA

Valor Líquido da Nota Fiscal = R\$ 18.819,35

VALOR TOTAL DA NOTA - R\$ 18.819,35

Código da Atividade

17 - 14 - Advocacia.

Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	18.819,35	2,00	376,38	37,63

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009.

O crédito gerado estará disponível somente após o recolhimento do Simples Nacional, exceto para os casos previstos no § 5º do Art. 10 da Lei 73/2009.

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br